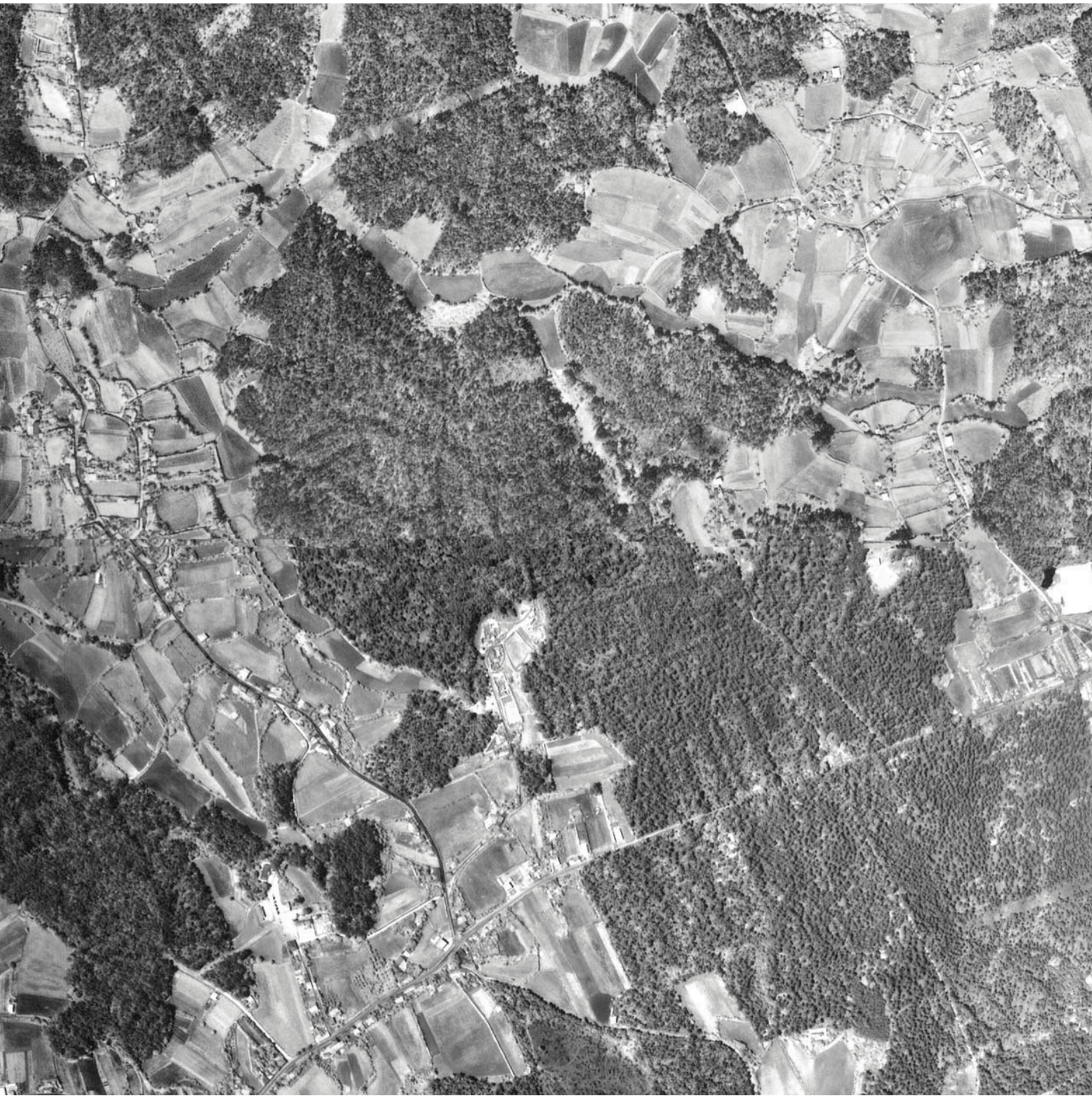


# ATLAS

SANTA MARIA DA FEIRA

35 ANOS DE CAMINHO, DA DEMOCRACIA À UNIÃO EUROPEIA  
UM TEMPO DE EXCELÊNCIA







# ATLAS

SANTA MARIA DA FEIRA

35 ANOS DE CAMINHO, DA DEMOCRACIA À UNIÃO EUROPEIA  
UM TEMPO DE EXCELÊNCIA



Alfredo Oliveira Henriques  
Presidente da Câmara Municipal



# APRESENTAÇÃO

*Esta obra, que dá agora o seu rosto ao mundo, é muito mais do que o título deixa antever: retratar o nosso concelho, a sua unidade, o seu potencial, a sua diversidade e a sua progressão, verificadas nas últimas três décadas.*

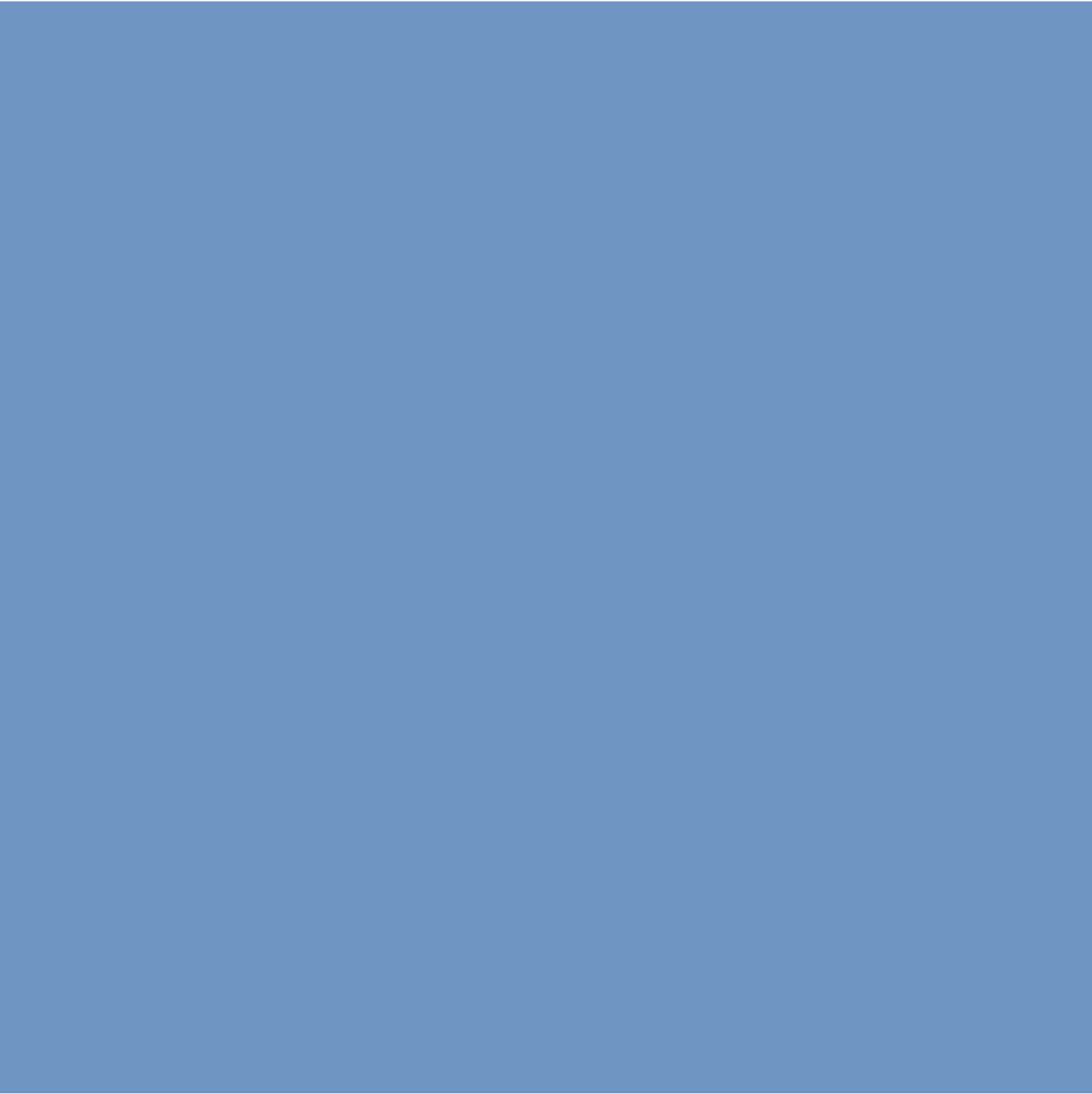
*Neste sentido o Atlas de Santa Maria da Feira – 35 Anos de Caminho, da Democracia à União Europeia, não é apenas o somatório de peças geográficas que, factualmente, nos mostram uma realidade objectiva. O desfolhar deste Atlas, enche-nos de orgulho, pelas etapas vencidas, pela acção transformadora da acção política e pelo caminho palmilhado e partilhado com o fortíssimo poder do empreendedorismo e do associativismo, que tão bem Santa Maria da Feira cultiva e que são de uma riqueza humana, social, cultural e económica sem paralelo entre os municípios portugueses e europeus.*

*O retrato desta realidade vivida neste caminho difícil, mas vitorioso, que envolve todos os feirenses, está aqui bem patente, sem qualquer subjectividade ou propaganda.*

*A ideia foi de concentrar, neste trabalho, muita da informação dispersa, existente e tratada, oferecendo uma obra de referência para todos os que se interessam pelo nosso concelho e pela aproximação às suas diferentes facetas, agora registadas e tratadas num só documento, que se dá a conhecer e que é oportuno divulgar, neste novo ciclo de desenvolvimento social e económico que as novas dificuldades da economia global, nos motivaram a iniciar, com inovação e criatividade, como resposta adequada às necessidades da população e ao rumo novo exigido pelo quadro da actualidade e pelos próximos tempos.*

*É no equilíbrio da preservação das nossas ancestrais e nobres raízes históricas e na força da inovação que a actualidade requer, que reside a nossa acção política e que devemos – as forças políticas e todos os feirenses – persistir, para que o nosso concelho continue a poder demonstrar que estamos no caminho certo e dar a mostrar-se, de forma elevada e progressiva, como esta obra tão ilustrativa e objectivamente dá conta.*

*Se o passado nos conforta pela riqueza que representa e que, como herdeiros responsáveis, sabemos preservar e valorizar, é, também, na conquista do futuro, que devemos, incessantemente continuar.*

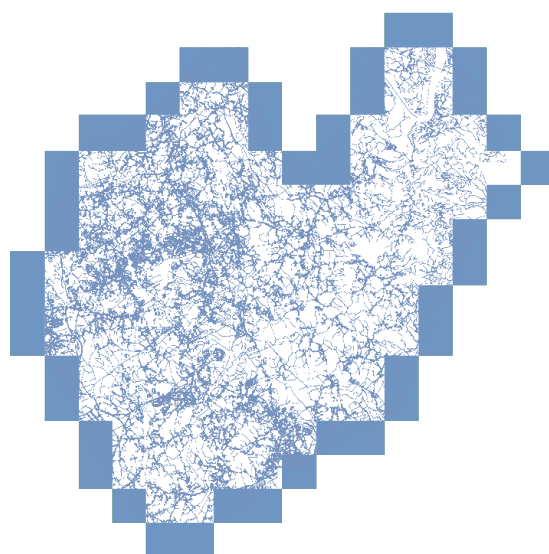




# DE 1974 A 2009 UM PERCURSO DE MUDANÇA E EXCELÊNCIA

Desfolhando o presente Atlas, pode-se ler pelo texto e pelos gráficos e cartas, que estamos perante uma notável explosão demográfica, decorrida num curto espaço de tempo, à qual corresponde uma modernização do território, que se transformou em três décadas e meia, evidenciando uma impressionante infraestruturização urbanística, de freguesia a freguesia.

O progresso do concelho de Santa Maria da Feira, que se promoveu, usando um modelo de desenvolvimento multipolar, deve muito à iniciativa municipal ao tornar prioritária a dotação das suas 31 freguesias com equipamentos públicos e criação de serviços, essenciais ao bem-estar das populações, na educação, na saúde, na acção social, na cultura, no desporto, em todos os sectores das suas competências, correspondendo ao dinamismo da sociedade civil, quer no que se refere ao seu associativismo rico e diversificado, quer ao forte empreendedorismo das actividades económicas.



***Este percurso de mudança, de 1974 a 2009, foi pontuado por sete factos relevantes que fizeram alcançar, com excelência, patamares de qualidade de vida para o todo concelhio e para a afirmação regional, nacional e internacional de Santa Maria da Feira:***

**1** – O traçado da auto-estrada A1, com entrada em local estratégico para o desenvolvimento do concelho, reforçando acessibilidades à região e ao país.

**2** – A elaboração e a entrada em vigor do Plano Director Municipal, documento indispensável à transformação e ao ordenamento do território.

**3** – A construção do Europarque, um conjunto de equipamentos de ordem e dimensão nacionais.

**4** – A construção do Hospital de S. Sebastião, equipamento de ordem regional, unidade de saúde de referência.

**5** – O alargamento da rede educativa, da formação profissional e a criação do ensino superior, com a entrada em funcionamento do ISVOUGA - Instituto Superior de Entre Douro e Vouga e do ISPAB - Instituto Superior de Paços de Brandão.

**6** – A consolidação das áreas centrais urbanas e criação de novos eixos urbanos e estruturantes, como o Feira/Cruz e o Lourosa-Fiães/Lamas-Mozelos, a par da criação de novas zonas industriais, que diversificaram o tecido produtivo do concelho, dotaram o território de boas condições de acolhimento empresarial, cria-

ram emprego, fortaleceram a coesão social e fixaram a população activa, que não parou de crescer, ao contrário da média nacional e da região.

**7** – A ampliação e reforço da identidade concelhia, sustentada numa afirmação cultural pujante, com eventos de grande singularidade, valorizando as raízes locais, de frequência regular e de relevo nacional e internacional, como a Festa das Fogaceiras, a Viagem Medieval, o Imaginarius e festivais de cinema e de música, que promovem a tradição e as artes contemporâneas.

Há uma correspondência biunívoca, do fenómeno da explosão demográfica com a expansão urbana operada a partir da implantação da democracia, em conjugação com os sete factores de desenvolvimento referidos.

Interessante notar, ao contrário do perspectivado por alguns analistas da época, que a acessibilidade franca ao centro da Área Metropolitana do Porto, proporcionada pela auto-estrada A1, não veio transformar Santa Maria da Feira num espaço-dormitório da cidade do Porto, pelo contrário, serviu para dilatar o seu dinamismo económico, social e cultural e a sua asserção singular entre o conjunto dos municípios da AMP.

Estas notáveis transformações ofereceram à população uma crescente mobilidade interna e com o exterior, que facilitou o acesso a bolsas de emprego, especialmente na Indústria e nos Serviços.

De notar que em 2001, Santa Maria da Feira foi recenseada com 135 964 pessoas residentes, um dos municípios de maior dimensão demográfica de Portugal. Em 1970, Santa Maria da Feira tinha 94 970.

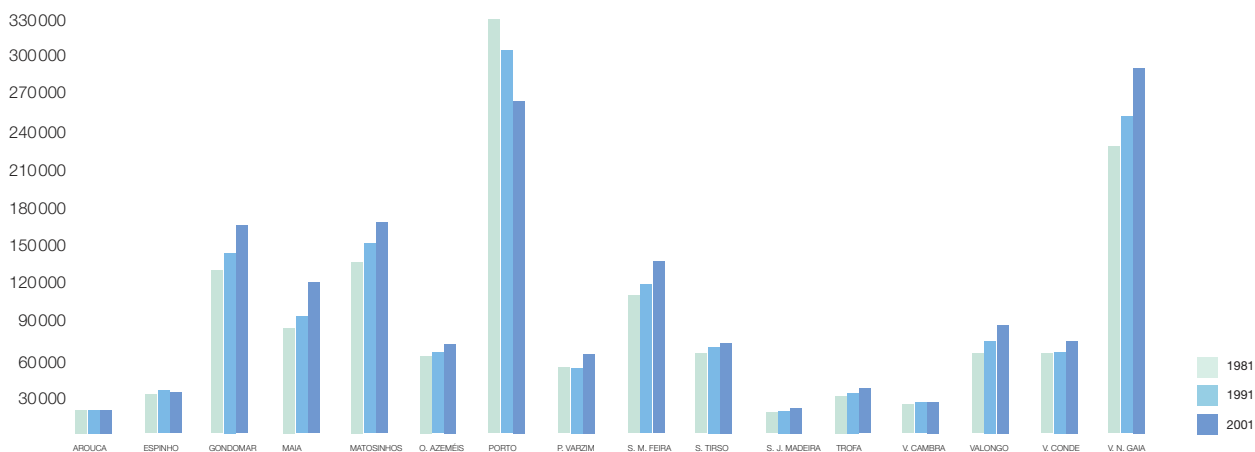
Considerando que em 1974 o contexto demográfico é sensivelmente o mesmo de 1970, assim como acontece de 2007 a 2009, verifica-se um aumento da população residente de 54,1%, em Santa Maria da Feira, entre 1974 e 2009. No mesmo período, em Portugal, foi registado um aumento de 23,3% da população residente, ou seja, a explosão demográfica já referida corresponde a 2,32 vezes mais do que o crescimento nacional.

Relativamente à sua posição, entre os municípios da Área Metropolitana do Porto, também é interessante notar a ordem de importância demográfica e a evolução verificada, conforme o gráfico em baixo.

No conjunto dos municípios da Área Metropolitana do Porto, esta ordem de importância, que reflecte a afirmação crescente de Santa Maria da Feira, decorre do seu processo de transformação urbana, que consolidou os núcleos de maior densidade, invertendo o modelo de crescimento difuso e reforçou o carácter de qualidade das polaridades locais que transformaram o município como um dos mais dinâmicos, entre os territórios policentros metropolitanos.

A transformação do território e os instrumentos de planeamento e as políticas que suportaram o surto de progresso, vivido nestes 35 anos, é indissociável do papel da "população laboriosa, inteligente, diversificada, com uma razoável coesão e com aptidões provadas no seu labor diário", no dizer do Prof. Manuel da Costa Lobo.

E se o abrandamento da actividade industrial verificada nos últimos



anos, devido à conjuntura internacional, é um factor de preocupação, dado o volume de desemprego que gerou, é de registar a estratégia municipal de diversificação, que já tem resultados, como se comprovam nos níveis elevados verificados no sector terciário e na emergência de novas actividades e formas de produzir bens e serviços, como o Design, as Tecnologias de Informação e Comunicação, a Formação Profissional e Tecnológica, a Acção Social, as Indústrias Criativas, as Recriações Históricas e o Turismo.

Entre outros factores que se destacaram no período de 1974 a 2009, é de referir o desenvolvimento da inclusão social, a requalificação do Castelo, do Centro Histórico, do Convento dos Lóios e do Património Cultural em geral, a preservação e promoção dos recursos paisagísticos e ambientais, sendo de destacar a articulação entre os núcleos urbanos mais densos e as vastas manchas florestais, que dão corpo substancial à estrutura ecológica do concelho.

Releve-se, ainda, a “descoberta” e promoção de áreas de grande sensibilidade ambiental, como a frente para o Rio Douro, no Porto Carvoeiro, a encosta do Castelo e o vale do Rio Cáster, o vale do Rio Uíma, o Monte das Pedreiras, em Fiães, o Parque do Monte Coteiro, em Mozelos, a Quinta do Engenho Novo, em Paços de Brandão, o Parque de Santa Maria de Lamas, a zona envolvente das Termas das Caldas de S. Jorge, a praia Fluvial da Mámoa, em Milheirós de Póiares. São espaços de grande utência da população, que cada vez mais os procuram, para actividades saudáveis de lazer e de contemplação da Natureza.

Ainda na área do ambiente, é de salientar a adopção de um sistema de recolha de resíduos sólidos, em grande parte já de forma selectiva e a cobertura de todo o concelho com abastecimento de água (praticamente inexistente em 1974, tal como o saneamento e com grande incremento na última década), que correspondeu a um impressionante conjunto de obras, com mais de mil quilómetros de rede executada e respectivos reservatórios. Mas mais gigantesco foi o esforço de resolução do saneamento – dada a complexidade do relevo e da existência de 12 bacias hidrográficas – com a construção da rede, que já cobre cerca de 70% do território e das Estações de Tratamento de Águas Residuais.

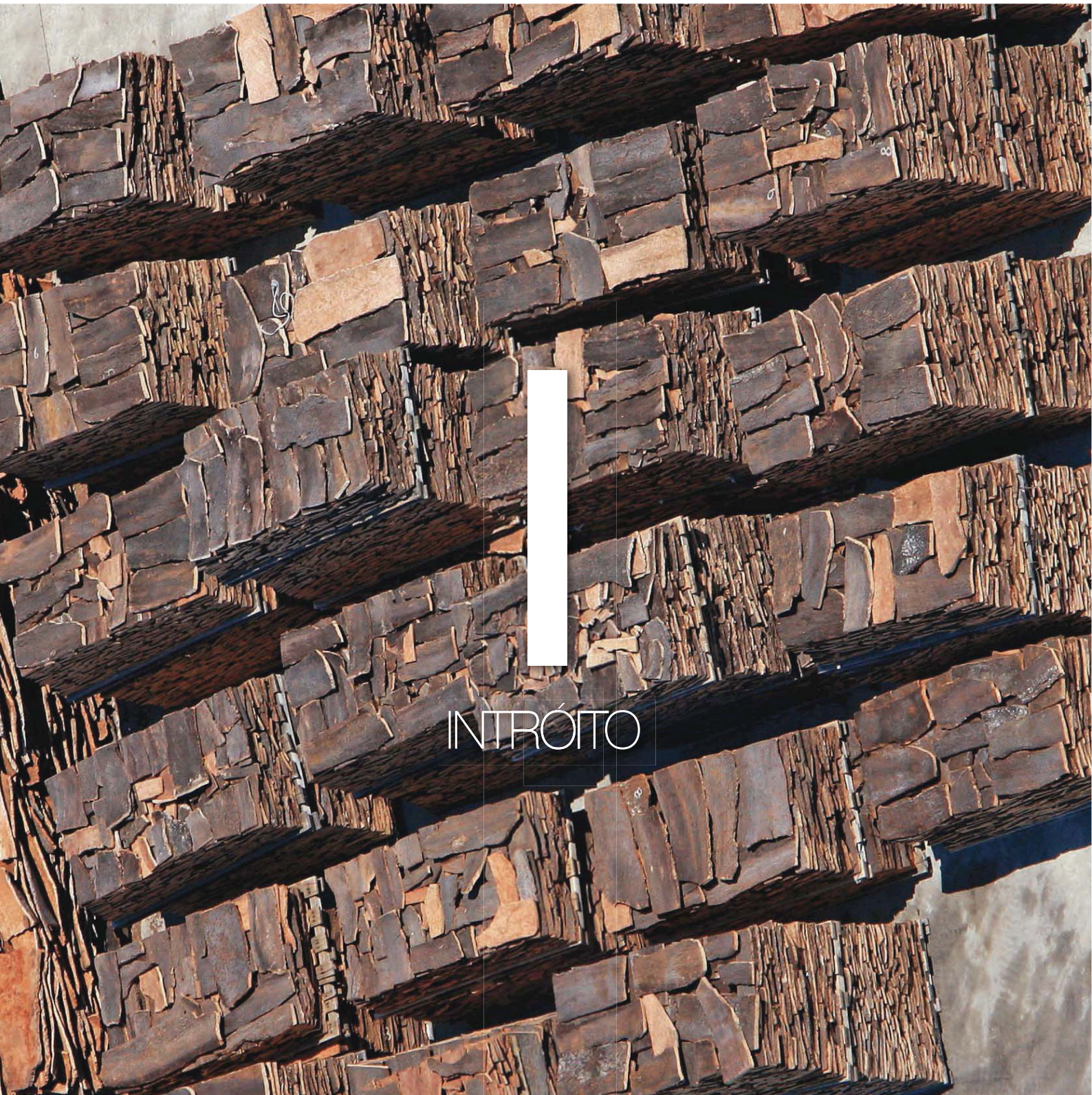
Por fim e marcante neste percurso de progresso, que as peças desenhadas de um atlas não podem retratar, é a implementação de uma política de modernização administrativa e de transparência para os munícipes, com sofisticados recursos informáticos, levando-os a aceder mais activamente e com mais eficiência aos serviços e ao conhecimento geográfico, o que tem fomentado o conceito de Nova Cidadania.

E se o apego aos valores da terra, o associativismo e o forte empreendedorismo, são atributos dos feirenses, as três décadas e meia aqui retratadas e a autêntica revolução experimentada reforçaram o sentido de pertença e a coesão social, porque o munícipe se revê no avanço do Município. Perante as dificuldades da conjuntura global que se vive, o espírito feirense, assim reforçado, está preparado para vencer as batalhas do futuro, com optimismo, trabalho, inovação e com a sua tradicional inteligência, continuando um rumo de desenvolvimento e excelência.

*José Manuel Bastos*







# INTRÓITO





# 1. (D)A importância de um Atlas

A tradição dos Atlas remonta aos tempos de Ptolomeu, verdadeiro precursor do conhecimento geográfico e deste tipo de documentos geográficos, sendo que o primeiro Atlas conhecido, de sua autoria, remonta ao ano de 150 antes de Cristo.

Por definição, "Atlas" é uma colecção de mapas, de informações cartográficas, geográficas ou astronómicas, tradicionalmente agrupadas em livro, mas também possível de encontrar em formatos electrónicos ou digitais.

Pelo grande número de estudos que potenciam, os Atlas assumem-se como instrumentos de inquestionável interesse e utilidade na compilação e na análise da realidade de um determinado lugar. São um excelente instrumento de consulta.

Ora, nessa linha de pensamento, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pretendeu proceder à realização do seu

Atlas Municipal. Ambicionou-se a construção de um documento que pudesse proceder à definição de um retrato da realidade de um município, composto por 31 freguesias, não negligenciando o papel deste espaço geográfico num contexto de âmbito regional.



Importará, pois, conhecer a diversidade de Santa Maria da Feira, as suas gentes, o seu território, as suas potencialidades, mas também as suas fragilidades.

***Sendo a paisagem um sistema particularmente complexo, não bastará “vê-la”. É necessário, pois, “olhá-la”, algo que só se poderá tornar exequível através de uma análise aturada, atenta, aprofundada e crítica.***

A longa tradição que une a Geografia à História deriva, também, dos mesmos princípios. A ideia de que o território é inseparável da vida dos habitantes, de que a evolução humana se explica em larga medida pelo quadro físico no qual se desenvolve, surge já com todo o vigor na famosa frase de Heródoto: “O Egípto é um dom do Nilo”.

A Geografia tem um objectivo: a superfície da Terra; tem um método: a observação; e tem um modo de expressão: a descrição apoiada num mapa.

Uma Região não é, na maior parte dos casos, apenas um produto do natural. Será antes, o resultado de uma combinação, num quadro físico, de obras e acções humanas. Socorrendo-nos da interpretação da citada frase de Heródoto, deveremos sublinhar que o Egípto se tornou um dom do rio quando se criou a civilização que o soube aproveitar. Mas foi nas suas margens fertilizadas pelas cheias e ao longo do curso de água navegável que essa mesma civilização se desenvolveu, superando os fracassos e entesourando os êxitos que lhe permitiram vencer e perdurar.

Ora, é precisamente esse o enfoque que se pretende conferir ao Atlas Municipal de Santa Maria da Feira: esta ligação Homem/Meio.

Santa Maria da Feira é “berço” de uma gente que importa conhecer, analisar, tipificar... mas também um território que condicionou (e condiciona ainda) as actividades do Homem, o que, por si só, justifica que para ele olhemos de forma atenta também, pois essa análise do território ajuda-nos não só a compreender o porquê de algumas realidades, mas possibilita também uma visão prospectiva de realidades vindouras.

***De tudo isto, resulta óbvio que deveremos tecer uma análise direccionada numa dimensão FÍSICA (porque suporte de toda a actividade Humana), mas também as suas GENTES e os seus MODOS DE VIDA, analisando, portanto, uma dimensão HUMANA até porque é desta relação Meio / Homem / Meio que resulta toda uma complexidade de factores que exigem ser observados e analisados para que neles possamos intervir.***

Resulta claro, portanto, que Santa Maria da Feira está ciente de que um município (assim como um país) estará tão preparado para enfrentar o seu próprio futuro quanto mais conhecedor for do seu passado e do seu presente, já que um e outro se perfilam como determinantes sementes para a conquista de um futuro que se quer (e precisa) melhor.

No fundo, trata-se de assegurar, através de uma visão estratégica, o reforço de boas políticas implementadas, rectificação e

(nalguns casos até) a inflexão de outras menos conseguidas, de modo a que se possa extrair do concelho (do seu território, das suas gentes, dos seus recursos) todo o seu potencial socioeconómico, promovendo o aumento da qualidade de vida e o bem-estar da população.

A concepção de um Atlas Municipal não pode cingir-se nunca à mera compilação de elementos cartográficos ou estatísticos. Se esse fosse o desiderato último desta obra, tal significaria o defraudar de todas as suas potencialidades na tentativa de municionamento das ferramentas de base para a projecção do nosso futuro. Planear implica conhecer: o que fomos e somos, mas igualmente o que queremos ser.

É indubitável que o futuro passa, em grande medida, por uma participação mais activa, interessada, crítica e incisiva dos munícipes, algo que muitos designam de desenvolvimento da Cidadania. Nesse sentido, o presente Atlas Municipal pode (e deve) desempenhar um papel de aproximação dos munícipes da (sua) realidade permitindo-lhes o desempenho de um papel activo na construção do seu próprio futuro, o que se pode chamar de Nova Cidadania.

*Sem se ter a presunção de se querer assumir como verdade indiscutível ou irrefutável, o Atlas Municipal procura explicar o porquê de determinados trilhos traçados, a existência de algumas realidades e as suas implicações futuras. É uma observação e uma análise que se destina a todos os possíveis interessados em conhecer, estudar, viver, investir, planejar, trabalhar... em Santa Maria da Feira. No entanto, não se pense que este documento tenha a veleidade de querer apontar rumos, políticas ou estratégias. Essa não é, de todo, a missão que lhe estará destinada ou reservada.*



## *2. Enquadramento histórico, socio-económico e político, com a Região, Portugal e a União Europeia*

Sem embargo do referido até aqui, a análise da Geografia de um lugar encontra, em grande medida, maior esplendor na sua própria História. Daí que não nos devamos quedar somente na mera e simples análise do presente. Tal revelaria pouca ambição e seria o desperdiçar de inúmeras potencialidades. É preciso, pois, debruçarmo-nos sobre uma realidade que ficou para trás. É preciso, então, “olhar” para a história recente de Santa Maria da Feira porque dela se explica, percebe e projecta o município na realidade e no futuro. Ao realizar-se a análise evolutiva de alguns aspectos, estar-se-á a compreender e a perceber os motivos que concorrem para essa mesma evolução.

Dito de outra forma, pretende-se potenciar uma demonstração aos feirenses, com recurso a exemplos concretos, reais e caros, porque deles, de que modo pode o Meio, o Clima, o Solo, a História, a Cultura, a Demografia, a Economia (etc.) influir nos nossos modos e qualidade de vida.



Ao atingir-se esse objectivo, estar-se-á a alcançar não só o desenvolvimento e crescimento de uma consciência crítica, mas também o fomento de uma participação cívica. Ora, quanto mais (sustentados) contributos as Instituições forem capazes de potenciar e gerar no seu seio, mais e melhor poderão os seus legítimos representantes, ponderar, projectar, decidir, agir e actuar.

A História da Humanidade (e da Europa em particular) diz-nos que as mutações de índole diversa registadas ao longo dos últimos 50 anos transformaram totalmente a face dos territórios por nós ocupados. Não nos devemos abstrair que os dois conflitos armados de escala mundial tiveram como cenário principal o Continente Europeu. Este facto implicou novas forma de pensar e de agir, com reflexos claros na demografia, nas actividades humanas, no capítulo social. A reconstrução do território, a construção da União Europeia e a emergência de novas potências económicas a nível mundial influíram de forma decisiva numa nova organização mundial. Importa pois perceber como Portugal se enquadrou e como se localiza nesta nova organização geopolítica mundial. E, na mesma ordem de ideias, porque também peça deste complexo xadrez, importa também perceber qual o papel e a acção de Santa Maria da Feira neste contexto.

***A análise das mutações referidas de índole diversa permitem afirmar que o concelho de Santa Maria da Feira cresceu, desenvolveu-se, ganhou notoriedade a nível regional e nacional.***

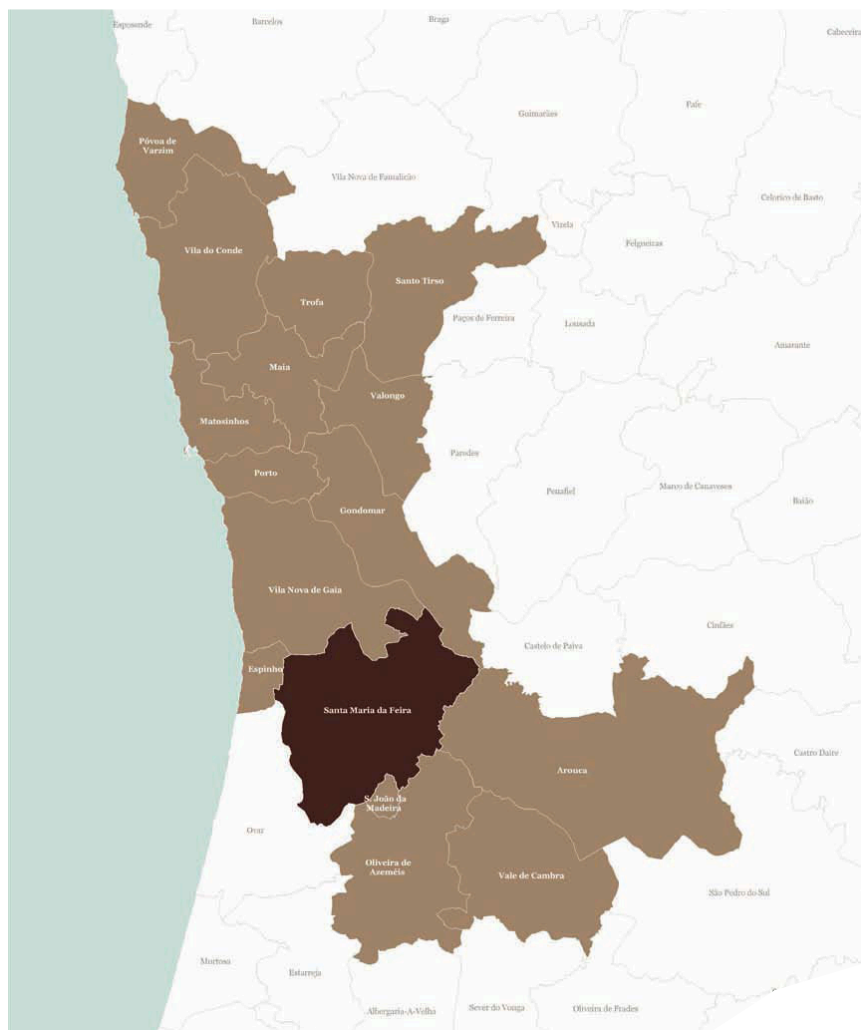
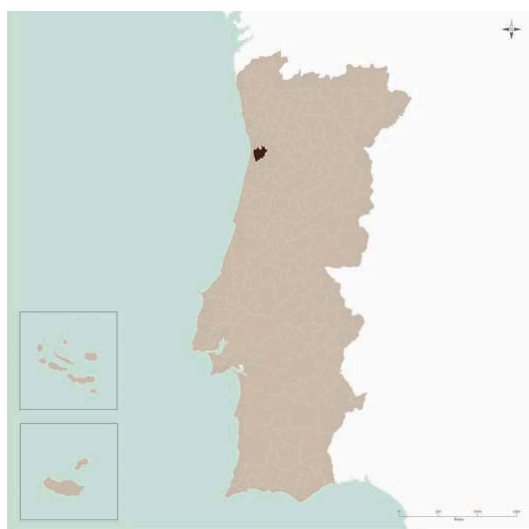
Nenhum território poderá ser visto e analisado de forma isolada ou estanque, quer seja no tempo ou no espaço. Cada país, cada

região ou cada município assume-se como parte integrante de um sistema mais amplo e complexo, um sistema de permanentes trocas, sejam estas de carácter económico, social ou demográfico. Um sistema que se prolonga até à História desse mesmo território. Ou dito de outra forma, um sistema que se prolonga, sobretudo, à sua História, porque esta concorre, em grande medida, ao auxílio da percepção e compreensão de uma multiplicidade de realidades existentes no presente, permitindo, simultaneamente, a antecipação de cenários futuros.

Nesse sentido, o Mundo, a Europa, o País e Santa Maria da Feira assistiram, ao longo das últimas décadas, a vincadas alterações de índole diversa. Por ventura, essas mesmas alterações, ainda que decorridas num curto espaço de tempo, serão bem mais decisivas da determinação dos seus respectivos futuros que todas as outras verificadas ao longo das suas histórias.



CAPÍTULO I INTRÓITO



Enquadramento do concelho de Santa Maria da Feira em Portugal e na Região (Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga)

Todo o processo de mudança é acompanhado de um outro... de adaptação. E a história recente do Mundo dita-nos que as regiões que revelam maior capacidade de adaptação à mudança têm sido precisamente aquelas que desenvolvem maior aptidão para crescerem e se desenvolverem de forma mais rápida e eficiente. Por oposição, aquelas que menores competências revelam no reconhecimento e assumpção das mudanças, correspondem precisamente ao conjunto de regiões que vêem aumentada a distância que as separa do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Ora é precisamente neste contexto de permanente mudanças que se desenvolveu nos últimos 35 anos que poderemos e deveremos enquadrar Santa Maria da Feira. A análise dos últimos anos revela-nos que o concelho sofreu notáveis alterações, transformações e mutações. Este intervalo temporal, da actualidade até há meio século atrás, foi palco de uma fortíssima expansão urbana no concelho, resultante de um aumento particularmente significativo da população feirense, sendo que ambos os fenómenos se explicam, em grande medida através da crescente mobilidade entre municípios e regiões em busca de focos de emprego e melhor acessibilidades. ***Ora, este indicador revela, por si só, que o município foi capaz de desenvolver uma capacidade atractiva para as populações. Uma observação atenta da evolução da população no concelho de Santa Maria da Feira permite concluir-se que, num curto espaço temporal (1970 a 2001), se registou um aumento do número de feirense em cerca de 42%. Este indicador, analisado de forma isolada poucas ou nenhuma ilações nos permitirá retirar, mas deverá ser, contudo, o mote para uma análise mais aprofundada e atenta sobre os fenómenos que***

***originaram (ou originam ainda) essa realidade.***

***A pertinência dessa análise adquire maior relevância se observarmos os números da realidade nacional, que em idêntico período registou o aumento populacional de 21,69%.***

Deste modo, resulta claro que importa proceder-se ao retrato do cenário actual do município, mas também ao retrato de há 30/40 anos atrás. Porém, e talvez bem mais importante, será tentar perceber quais os factores, que políticas, que realidades (endógenas ou exógenas) nos ajudam a perceber essa mesma evolução.

Retratar-se a História de um país, de uma região ou de um concelho não se perfila tarefa fácil. E quanto menos for a distância temporal em relação aos factos em causa, mais se intensificam essas dificuldades, pois cada qual pode cair na tentação de escrever a sua própria versão da história. No entanto, há momentos, episódios, realidades que, pela sua intervenção decisiva e determinantes na História dos países e das regiões, merecem ser analisadas com especial cuidado e pormenor.

No caso da História recente de Portugal, o 25 de Abril de 1974 terá sido, com toda a certeza, o grande momento histórico do país. Não só pelo seu significado imediato (derrube de um regime político ditatorial que oprimiu Portugal e os portugueses durante meio século) mas também, e sobretudo, pelo significado que desempenhou para o futuro do país e cujos ecos ainda hoje se fazem sentir. Com o 25 de Abril de 1974 e o surgimento de um Portugal democrático, os modos de vida dos portugueses alteraram-se de forma indelével. O país foi, aos poucos, abandonando um forte



teor rural que o caracterizava, para se modernizar, industrializar e urbanizar. A economia do país foi-se alterando e adquirindo contornos diferentes dos que possuía até então. Esse momento significou o virar de uma página no país, uma ruptura com o passado e abertura de novos horizontes com vista à construção de um (novo) futuro.

Portugal é um país em permanente crescimento e evolução desde esse dia, consolidando a sua Democracia, almejando trilhar os rumos do Desenvolvimento e procurando alcançar a edificação plena de uma sociedade mais avançada, justa e solidária. Hoje, volvidos quase quatro décadas sobre esse autêntico marco histórico, é comumente aceite que o Portugal de hoje mais não será que uma remota recordação do Portugal de outrora. As mudanças precipitaram-se a um ritmo alucinante e o país metamorfozou a sua face. E com o país as suas gentes.

Os indicadores de mudança económica e social das últimas três décadas confirmam esta evolução vincada do país que possui hoje modernas infra-estruturas rodoviárias e de transportes, onde a qualidade de vida média das populações cresceu de forma significativa, a esperança média de vida aumentou para níveis semelhantes aos dos países mais avançados da Europa, e em que a generalidade da população tem acesso a todos os níveis de ensino, a cuidados de saúde, bem como aos meios culturais.

***Estes passos dados pelo país apenas foram possibilitados pela consolidação do edifício democrático nacional que potenciou um processo de desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesas, hoje preparadas***

***para poder encarar com maior optimismo e confiança os desafios de um processo globalizante e globalizador em curso.***

Com o final da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a Europa viu-se confrontada com a necessidade de resolução de graves problemas estruturais. Na alvorada do pesadelo gerado por este conflito armado, a Europa estava “ferida de morte” no seu mais profundo âmago e constatava-se a imperiosidade de se proceder à reconstrução de países “alma” do velho Continente, como o Reino Unido, França ou Alemanha. Obviamente, e porque inserido neste contexto regional, Portugal via também a sua posição bastante enfraquecida. O regime colonialista ou ultramarino que havia sustentado largos anos a estrutura económica de um país revelava francos sinais de enfraquecimento. A estrutura do país revelava-se, aos poucos, trémula e ameaçava ruir. Consequência desse mesmo facto Portugal agudizava com os efeitos de uma grave crise económica e financeira que o estrangulava.

Ao mesmo tempo, a juntar a tudo isto, eclodia a Guerra Colonial Portuguesa, que mais não foi do que uma desesperada tentativa do regime em evitar o inevitável: a queda de um Portugal Ultramarino.

Portugal estava, assim, confinado a si próprio. E é neste contexto que em 25 de Abril de 1974 se dá uma revolução militar que perspectivou conferir um novo rumo ao país. Com o derrube do regime que vigorou perto de meio século em Portugal, era tempo, então, de fazer surgir um novo sentimento, uma nova política, um novo rumo que haveriam de mudar a face do mais ocidental país do Continente Europeu.



Propalava-se a necessidade de se Democratizar, Descolonizar e Desenvolver Portugal. Estas eram as aspirações de um povo e de um país que se via mergulhado numa grave crise económica.

Com a Revolução, Portugal aboliu as reformas de protecçãoismo económico e foi deixando cair por terra uma política financeira assente em constantes desvalorizações do Escudo. O país abria-se, deste modo, aos ditames de uma política económica global, realidade que viria a ser, anos mais tarde, reforçada com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE, actual União Europeia). Inserido num contexto Europeu, Portugal era (e é) desafiado a cumprir pactos de convergência. Os incentivos comunitários permitiram, numa primeira fase, encetar-se um processo de desenvolvimento e modernização do país assente na melhoria das condições infra-estruturais responsáveis por uma industrialização do país e um progressivo abandono das actividades rurais.

Este momento catalisa um outro fenómeno associado no tempo, bastante acentuado, de litoralização do país e um progressivo abandono das regiões interiores.

***Opera-se como que uma metamorfose no país; e no concelho de Santa Maria da Feira também. Mercê de um vincado carácter laborioso das suas gentes e da sua mão-de-obra, o município especializa-se em actividades ligadas ao sector industrial, com especial ênfase para os sectores de transformação da cortiça e calçado. Decorrentes desta alteração da estrutura produtiva do município, as actividades relacionadas com o sector agrícola foram perdendo o peso específico que possuíam até então.***

Este vigor económico do município protagoniza uma enorme transformação a vários níveis: demográfico, económico, social, de estrutura urbana.

Conhecer esta "história de 35 anos do município é, sem dúvida, um exercício deveras importante, até para que possamos responder afirmativa e cabalmente aos desafios que são, hoje, colocados ao concelho. Desafios que exigem maior competitividade e produtividade, sob pena de se falhar o objectivo fulcral para a sustentabilidade económica.

Como será fácil perceber, os desafios atrás referidos relacionam-se com a convergência com o pelotão da frente do comboio europeu. Importa, pois, aquilatar de que forma o concelho de Santa Maria da Feira se tem preparado para este desafio que é colocado ao país, ao seu tecido económico e social, aos seus sectores de actividade, cientes de que o caminho apontado como o garante do sucesso do país assenta num processo de qualificação e especialização da mão-de-obra, aumento dos índices de produtividade, maior competitividade dos produtos e empresas nacionais num contexto global.

Nas últimas décadas, Portugal fez um enorme progresso no processo de convergência com a média da actual União Europeia. É até considerado como um dos países que mais progressos fez neste domínio. Porém, nestes últimos anos, esse processo conheceu uma substancial desaceleração.



É, pois, nesta encruzilhada que Portugal se encontra. Os desafios que se colocam ao país são, claro está, de enorme grandeza. Com uma Europa a 27, Portugal deverá saber modernizar-se (nas suas estruturas físicas e humanas), no sentido de poder competir com os demais parceiros comunitários.

***Só um Portugal “competente”, “competitivo” e “seguro de si mesmo” poderá enfrentar, com sucesso, os desafios que se lhe deparam.***

A história de uma vivência europeia em comunidade é já uma História de 50 anos. O resultado de integração é único: estamos perante a maior comunidade de democracias do mundo, com 27 países e, simultaneamente, o maior espaço de comércio livre do mundo, onde uma moeda única circula e é partilhada pela maioria dos cidadãos europeus e com normas comuns de protecção ambiental e de segurança dos produtos.

Se a História da Comunidade Europeia é de sucesso, o balanço dos cerca de 20 anos de adesão de Portugal à União Europeia é, indiscutivelmente, positivo. Para os que, na altura, se mostravam mais relutantes, cépticos e pessimistas, para os que elaboraram prognósticos mais reservados e derrotistas, os números compilados desta história de duas décadas de adesão são número que retratam uma história de sucesso.

Condições económicas, sociais e culturais foram criadas para que o país acesse ao conjunto dos países mais desenvolvidos. Portugal deixou de estar condenado à periferia de uma Europa em franco progresso e tornou-se, por isso, mais apto a enfrentar

os desafios de um fenómeno que, na época, se começava a fazer sentir: a globalização.

A democracia foi sendo consolidada, facto que permitiu o reforço da estabilidade e competitividade nacionais e a melhoria significativa das condições de vida dos cidadãos. Portugal deixou de estar, como até então, circunscripto em torno de si próprio, passando a ser mais aberto e capaz de actuar num quadro marcado pela diversidade e alcançando uma visão cosmopolita das relações internacionais. Com a ajuda dos fundos estruturais – a maior operação de solidariedade na história de Portugal – o país foi elevado (e capaz de se elevar) a um outro nível de expansão económica, como evidencia a convergência do seu Produto Interno Bruto (PIB) com a média comunitária. É certo que nem tudo tem sido perfeito neste trajecto de 20 anos, mas certamente da experiência acumulada se retirarão as lições que permitirão aproveitar, no futuro, de forma ainda mais eficiente, as oportunidades de desenvolvimento que a União Europeia proporciona.

***Em 22 anos de integração europeia, Portugal apresenta, globalmente, uma evolução positiva. Ninguém ousa fazer cenários sobre o que seriam a economia e a sociedade portuguesas num contexto de não integração europeia.***

A interrupção do processo de convergência real entre a economia portuguesa e a europeia, observada no início da presente década, coloca aos portugueses um novo desafio. No entanto, uma análise mais ampla e mais atenta sugere que esta interrupção se deve a factores mais amplos do que às meras consequências do



processo recessivo que a economia portuguesa atravessa. A economia nacional tem em curso uma mudança do seu modelo de crescimento económico (balizada por necessidades de incorporação de emprego mais qualificado) que é complexa e exigente do ponto de vista das estratégias empresariais ganhadoras. Essa mudança está a ser concretizada em pleno processo de consolidação de contas públicas e dos primeiros passos em matéria de reformas estruturais. Além do mais, essa mudança ocorre em contexto de globalização agressiva e com plena integração na zona Euro, cujo comportamento nos mercados cambiais tendeu a constituir uma dificuldade adicional para a consolidação das exportações portuguesas.

Assim sendo, mudanças ao nível da estrutura produtiva nacional, do seu comércio externo e do funcionamento do mercado de trabalho, são fundamentais para que a economia portuguesa alinhe estruturalmente com a economia da União Europeia. A relevância das mudanças ocorridas em 20 anos de integração europeia revela um forte alinhamento de Portugal em algumas áreas essenciais, fundamental para potenciar um contributo mais activo de Portugal na construção europeia.



Na últimas duas décadas o país progrediu em termos da melhoria das condições de vida e de saúde, transformou profundamente as suas condições de mobilidade/acessibilidade, reagiu favoravelmente à crescente importância do tema da sustentabilidade ambiental, alinhou positivamente nos progressos a sociedade de informação e do governo electrónico e revelou capacidade significativa de integração de populações etnicamente diversificadas. Por outro lado, a integração europeia propiciou condições favoráveis ao crescimento estruturado do sistema científico nacional e à sua internacionalização. Simultaneamente, em alguns domínios, observou-se uma forte e rápida convergência com a realidade europeia.

Assim, no período mais recente desde a integração no contexto europeu, Portugal, e depois de uma fase de vivacidade demográfica, o nível de envelhecimento da população aproximou-se da média europeia. Do mesmo modo, o funcionamento do mercado de trabalho tende também a apresentar padrões de funcionamento mais próximos dos europeus. Persistem, é certo, algumas dissonâncias cuja superação abrirá a Portugal um novo ciclo de convergência real. A mais rápida evolução da produtividade do trabalho, a melhoria dos contributos do sistema científico para a inovação empresarial, a mais rápida tradução das melhorias infra-estruturais da sociedade de informação em modelos de governação mais eficientes e com melhor serviço público e a melhoria sustentada das qualificações dos portugueses activos e empregados constituem domínios em que é legítimo esperar progressos na próxima década de integração europeia.

As mutações políticas, sociais e económicas vividas ao longo destes 35 anos pelo mais ocidental país da Europa tiveram, como é óbvio, reflexos vários no concelho de Santa Maria da Feira. Tal como em Portugal, muito mudou no município ao longo destas quase quatro décadas. Com uma economia local assente sobretudo na indústria transformadora, Santa Maria da Feira soube percorrer um trilho de crescimento e modernização. Hoje, lembrar o concelho de 1974 é olhar para trás e perceber que muito mudou. Quase tudo. A única excepção será mesmo o carácter laborioso das suas gentes. Hoje, como ontem, os feirenses continuam a fazer do trabalho o seu principal cartão-de-visita. Alteraram-se os modos de vida; os núcleos urbanos adensaram-se e multiplicaram-se. A rede viária concelhia cresceu e ramificou-se, aproximando o concelho do país e do mundo; equipamentos surgiram um pouco por todo o lado, escorando e potenciando o crescimento económico e o desenvolvimento das populações. Ao longo dos últimos 35 anos, Santa Maria da Feira tem sido, sem exagero nas afirmações, um dos municípios portugueses que mais notoriedade soube conquistar e assume-se hoje como um modelo inspirador de outros municípios.

***Em poucos anos, o concelho soube “munir-se das armas” para poder enfrentar o competitivo mundo da globalização. As suas empresas e os seus produtos estão presentes nos quatro cantos do mundo e fazem parte do dia-a-dia de milhões de pessoas. O nome de Santa Maria da Feira conquista, diariamente, novas fronteiras e internacionalizou-se.***







ZONA INDUSTRIAL DE ROLIGO



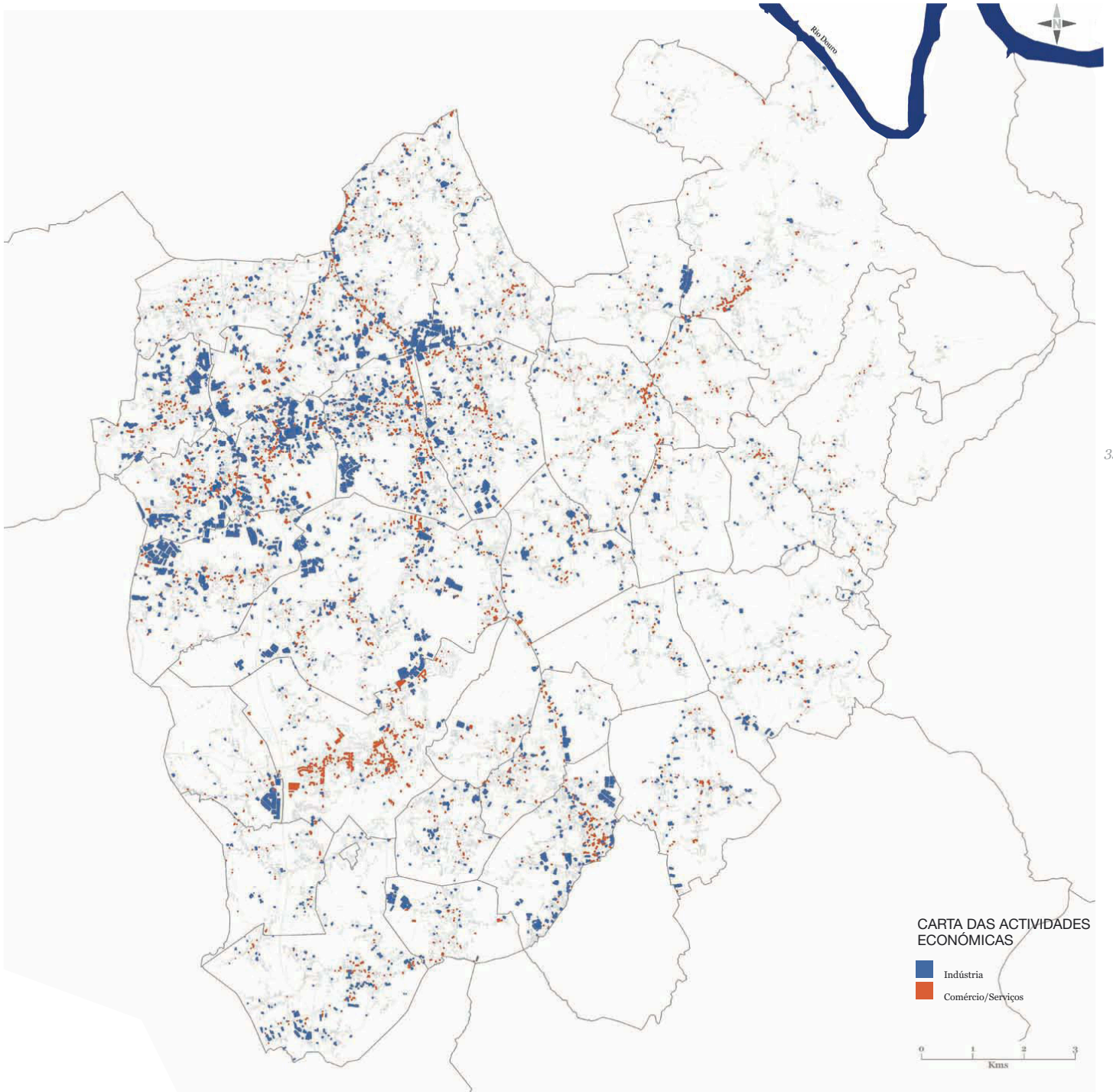
Santa Maria da Feira destaca-se, portanto, pela força da sua história, mas também pelo vigor que assume no desafio dos tempos de hoje. Com uma população de cerca de 145 mil habitantes e uma área de cerca de 215 km<sup>2</sup> repartida por 31 freguesias, Santa Maria da Feira é um município que se destaca, então, tanto pela força histórica do seu passado milenar, como pelo vigor com que desafia os tempos modernos. É desta simbiose entre passado longínquo e glorioso e um presente assente no labor das suas gentes que resulta a força e dinamismo de um concelho que se tem vindo a afirmar nos contextos regional e nacional. Dotado desde sempre de uma boa rede viária com privilegiadas ligações a todo o país, o município destaca-se grandemente no contexto distrital de Aveiro em termos de concentração industrial e de mão-de-obra activa (29,8% e 23,5% respectivamente).

***A economia local assenta, sobretudo, em actividades relacionadas com a actividade transformadora (Indústria), que representa 62% do total de toda a actividade económica local, sendo que, num passado recente, as actividades económicas relacionadas com os serviços e o turismo têm vindo a adquirir cada vez mais intenso peso representando na actualidade cerca de 37%.***

As actividades relacionadas com a agricultura apresentam valores quase residuais na microeconomia de Santa Maria da Feira, o que, e se atendermos à realidade de há 50 anos atrás, nos permite concluir que a metamorfose deste município se deu de forma intensa e rápida.

***A indústria da cortiça (que representa 11% da actividade industrial nacional e assume-se como 60% no total da Indústria em todo o mundo deste sector, sendo, por isso, o maior pólo corticeiro a nível mundial) perfila-se como um dos grandes “cartões-de-visita” deste concelho, sendo a indústria do calçado outro sector estratégico da actividade económica do concelho e que possui elevado peso na sua balança produtiva.***

Há ainda a presença de actividades industriais relacionadas com a metalomecânica, ferragens, madeiras, papel e a puericultura, sendo que, neste último caso, se trata do único pólo de produção do país.





Apesar de, tradicionalmente, Santa Maria da Feira ser um município de forte teor industrial, a aposta estratégica dos seus órgãos gestores tem envidado esforços no sentido de diversificar a economia local. Nesse sentido, e conscientes de que o Turismo se apresenta como vector estratégico para o país, porque possuidor de um património histórico e cultural riquíssimo, Santa Maria da Feira tem vindo a ganhar notoriedade nacional e internacional neste domínio. O património histórico edificado e natural faz perfilar a actividade turística como verdadeira oportunidade para o município vencer os desafios da competitividade que se lhe deparam.

*O castelo, belíssimo exemplar da arquitectura militar medieval, as Termas das Caldas de S. Jorge, unanimemente consideradas com uma das melhores estâncias do país, o Museu Convento dos Lóios, o Museu de Papel das Terras de Santa Maria, os Castros Romanos de Romariz e Fiães são apenas alguns dos exemplos da enorme riqueza de um município que “respira” história e tradição.*

Sublinhe-se ainda a existência do Europarque e Visionarium, o Museu de Santa Maria de Lamas ou o Parque Ornitológico de Lourosa, que se assumem, igualmente, como vértices estratégicos da actividade turística do concelho.





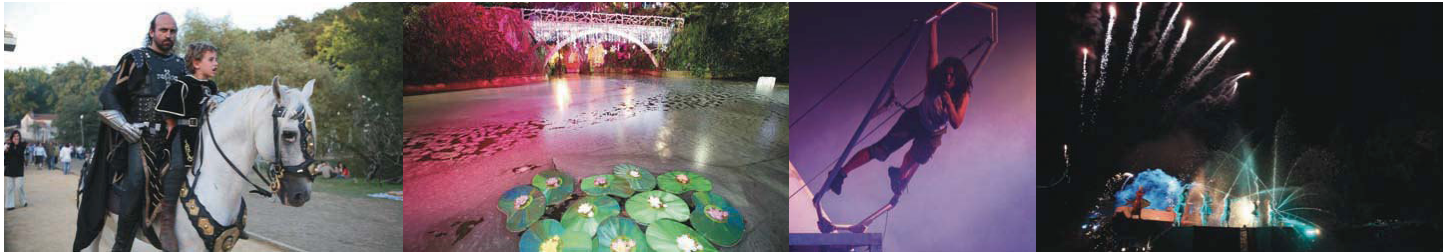








CAPÍTULO I INTRÓITO



No entanto, a dinâmica e o vigor crescente da actividade turística de Santa Maria da Feira advém, sobretudo, da forte aposta no denominado "Turismo Cultural". A Festa das Fogaceiras, tradição com mais de 500 anos, que radica no cumprimento de um voto de agradecimento feito ao Mártir S. Sebastião e o Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira que, anualmente, traz ao concelho os melhores espectáculos de teatro de rua de diversos países são apenas dois exemplos. Evento de grande relevo e excelência, que merece um especial destaque, é a Viagem Medieval em Terras de Santa Maria que, durante 10 dias, recria espaços e episódios históricos da época medieval e que faz acorrer às ruas do centro histórico de Santa Maria da Feira mais de 500 000 visitantes, ano após ano.

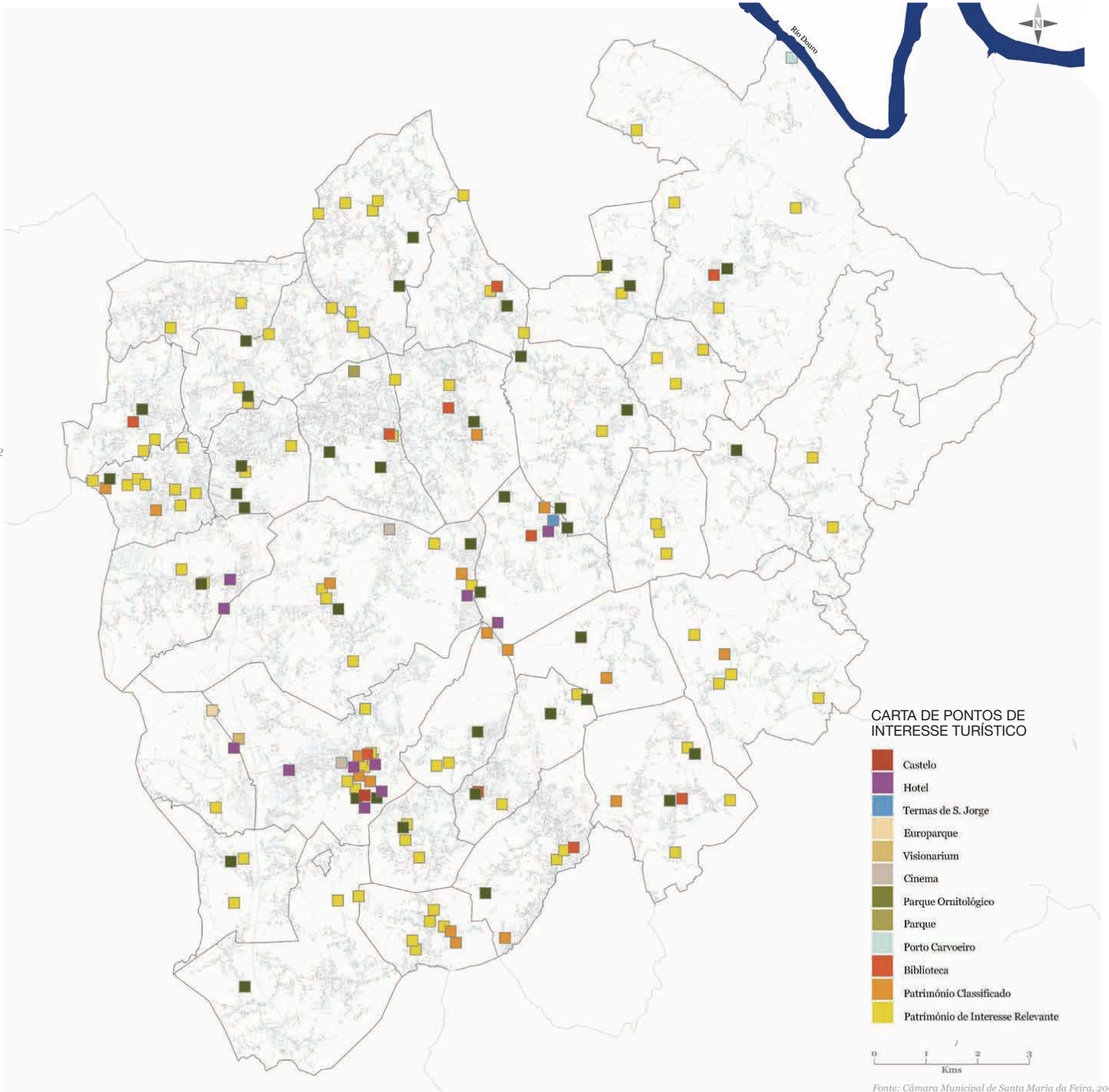
Caracterizar o concelho de Santa Maria da Feira é um exercício que exige uma visão ampla e integradora de vários factores, até porque, o dinamismo deste município assenta em diversos vértices como aspectos geográficos, a sua história e a sua economia. Nenhum destes factores poderá, por si só, explicar de forma isolada a realidade deste concelho, até porque, é desta combinação complexa de factores, realidades e diversidades que resulta a realidade de Santa Maria da Feira e que distingue o município dos demais.

Somente com esta visão integradora dos factores é que Santa Maria da Feira poderá conquistar um desafio denominado FUTURO.

As inúmeras análises prospectivas realizadas são unânimes ao considerar que a Portugal e à Europa estão reservados tempos difíceis só superados (ou superáveis) tendo presente a necessi-

dade de se vencer a Globalização em curso. Batalha que só será vencida a utilizando a força da inovação, do conhecimento e da criatividade. No caso de Santa Maria da Feira a diversificação das actividades económicas, já iniciada, é imperiosa. Alguns indicadores apontam nesse sentido. Basta atentarmos no surgimento de estruturas âncora como os centros tecnológicos, o adensar dos parques pré-escolar e escolar municipais, o surgimento do Ensino Superior no concelho, a proliferação de Zonas Industriais, espalhadas pelas freguesias do concelho, fazendo conviver as actividades ditas tradicionais com novas oportunidades decorrentes de alterações do mercado global.





O Conselho Europeu de Lisboa (realizado no ano de 2000) fixou para a União Europeia o objectivo estratégico de se tornar a economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico duradouro acompanhado de uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de uma maior coesão social. Para tal, e neste contexto, aponta-se, a Europa deve saber renovar as bases da sua competitividade, aumentar o potencial de crescimento, bem como a produtividade e reforçar a coesão social, apostando sobretudo no crescimento, na inovação e na valorização do capital humano.

A política de coesão assume-se como um instrumento privilegiado desse processo, devendo dar contributo relevante à consecução deste desiderato, designadamente nas regiões menos favorecidas da União. Os fundos estruturais tomam-se assim parte integrante da estratégia de Lisboa, adoptando os objectivos então estabelecidos e passando a ser vector essencial da sua realização, através de programas de desenvolvimento nacionais e regionais.

As Orientações Estratégicas para a Política de Coesão no período de programação financeira em curso definem: o reforço da atractividade dos Estados-Membros, das regiões e das cidades; o reforço da inovação, do espírito empresarial e do crescimento da economia do conhecimento; e a criação de mais e melhor emprego como sendo as três grandes prioridades a almejar pela aplicação dos recursos comunitários.

De salientar, desde logo, a dimensão territorial da intervenção estrutural comunitária e, em particular, a relevância que é dada às cidades como pólos aglutinadores e motores de processo de desenvolvi-

mento assentes na tecnologia e no domínio do conhecimento.

Por seu lado, e em termos internos, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006 de 10 de Março de 2006, que aprova as orientações fundamentais para a elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e Programas Operacionais (PO) para o período 2007/2013, insere-se plenamente na abordagem adoptada pela União Europeia e estabelece como prioridades estratégicas nacionais por parte do QREN e de todos os PO:

**a)** Promover a qualificação dos portugueses, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;

**b)** Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;

**c)** Garantir a coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade do género, bem como a reabilitação e reinserção social, a conciliação entre a vida social e profissional, e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;



CASA DA PORTELA



QUINTA DO SEIXAL



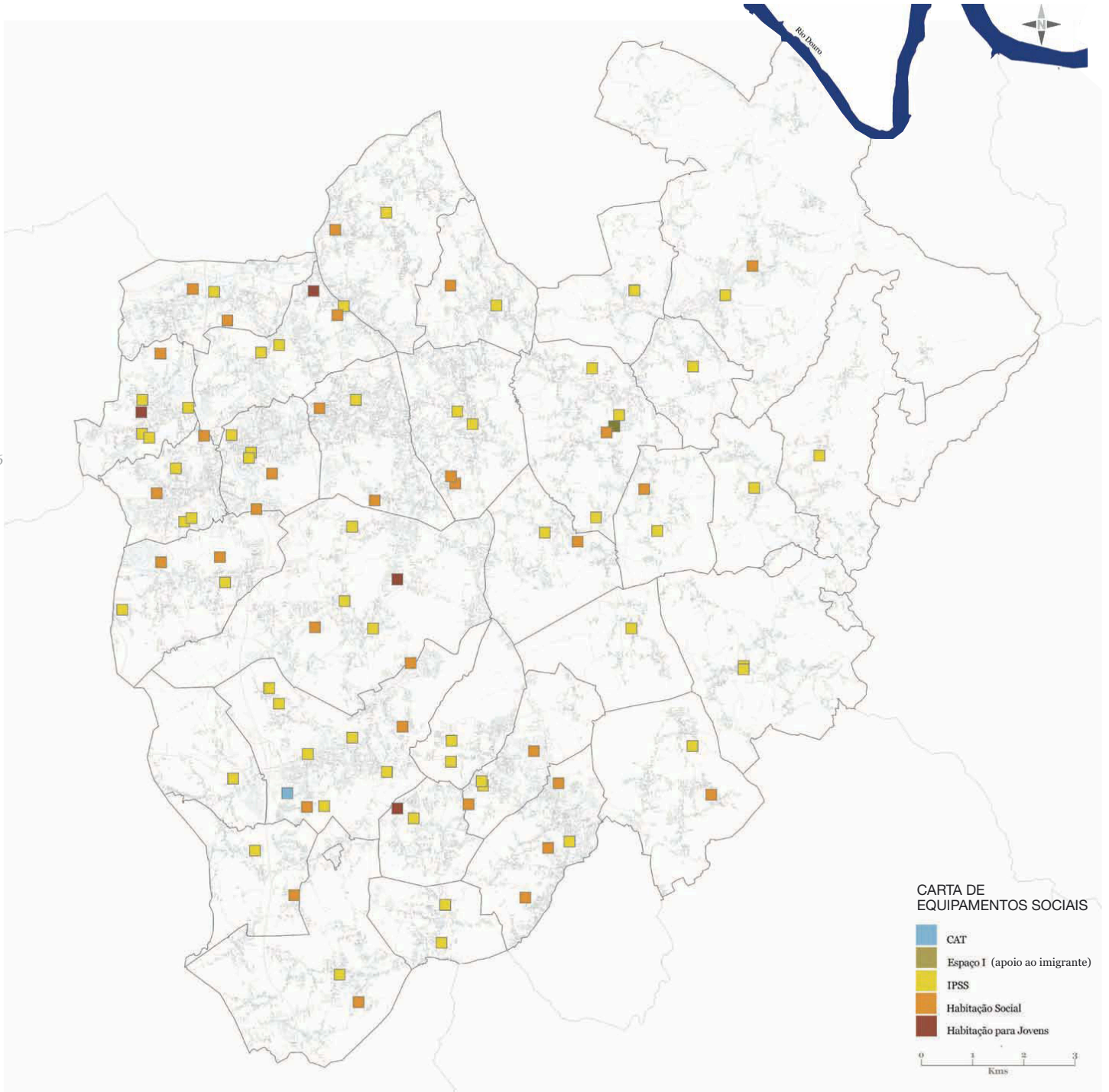
QUINTA DA TORRE



QUINTA DA MURTOSA







d) Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, prevenir riscos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a vontade de reduzir assimetrias regionais de desenvolvimento;

e) Aumentar a eficiência da governação, privilegiando, através de intervenções transversais nos diversos PO relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas, melhorar a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

Tais prioridades articulam-se naturalmente com o Plano Tecnológico e com o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego.

A nível regional, os trabalhos de análise e reflexão sobre o futuro da Região Norte e as opções de afectação das verbas que daí decorrem conduziram também a prioridades que se enquadram perfeitamente na abordagem europeia e nacional que acima se identifica. Com efeito, as três prioridades de desenvolvimento da Região Norte para o período são as seguintes:

***– Promover a intensificação tecnológica da base produtiva regional;***

***– Assegurar sustentadamente a competitividade regional;***

***– Promover a inclusão social e territorial.***

Numa estratégia deste tipo, assente na economia do conhecimento, na tecnologia, na investigação científica e na inovação, exige-se uma actuação planeada e concertada a diversos níveis, de forma a poder-se

potenciar a formação de quadros qualificados, de serviços de maior valor acrescentado, de produção científica e de infra-estruturas e equipamentos de comunicação e internacionalização. É neste pressuposto que deve assentar a lógica do novo paradigma de desenvolvimento do País, da Região Norte e do Município.

É pois este enquadramento, às escalas europeia, nacional e regional, que dita a necessidade de apostar na sociedade e economia do conhecimento e de eleger a inovação como factor chave do reforço da competitividade. Para tal, é necessário saber-se transformar os territórios em áreas ordenadas, com respeito pelos valores ambientais e fomentar-se espaços socialmente coesos. Este será, então, o desiderato comum a qualquer política de desenvolvimento para os próximos anos, visto serem as vertentes essenciais de uma estratégia de progresso sustentável para uma região que se situa aquém dos níveis médios de riqueza comunitários, que está exposta a uma cada vez maior concorrência de bens e serviços dentro e fora da Europa e que está a viver, por imposição da economia "mundializada", um progresso rápido de reconversão produtiva com significativos impactos sociais negativos.

No quadro de referência nacional, a competitividade da Região, marcada pela especialização em actividades produtivas tradicionais, por uma força de trabalho relativamente desqualificada e pela debilidade de oferta de serviços de apoio às empresas, é colocada em risco. Esta debilidade económica é ainda agravada pela evolução salarial crescente dos últimos anos, situação que se torna incompatível com o modelo produtivo em vigor, e também pela consequente vulnerabilidade da estrutura produtiva regional à concorrência do binómio capital-trabalho e da produção em série, criam condições favoráveis à deslocalização industrial.

Para contrariar estas tendências é necessário intervir, colocando-se o desafio de repensar a natureza das vantagens competitivas, aproveitando os recursos produtivos disponíveis, incentivando a criação de competências específicas de apoio a esses mesmos recursos. Para o efeito, a solução passa pela especialização da região em actividades com potencial para criar condições para a competitividade e para dar o salto qualitativo indispensável à consecução de uma estratégia que volte a colocá-la numa trajectória de convergência económica e social com as médias europeias.

A análise da estrutura produtiva da região permite observar a existência de uma base industrial bastante significativa, consolidada e dinâmica, caracterizada pela existência de um conjunto de zonas de "monoespecialização", direccionadas para a produção de bens de consumo final.

Este padrão confere à região uma vocação específica, em termos nacionais, que é a de estar no centro de um sistema económico predominantemente constituído por actividades transaccionáveis e fortemente internacionalizadas. Ganham assim relevo, actual ou potencial, as actividades terciárias associadas à internacionalização e à competitividade.

As estatísticas são duras para a Região Norte, seja na economia, na educação, no emprego, ou no rendimento per capita dos seus habitantes. O empobrecimento da região nos últimos anos é alarmante. Sabe-se que somente em 2002 e 2003, o PIB regional teve uma quebra acentuada, registando um crescimento negativo de dois pontos, com idêntica tendência nos anos seguintes. A crise económica e social decorrente do ciclo económico, mas sobretudo da profunda reestruturação e reconversão da actividade económica regional, tem vindo a fazer aumentar continuamente a taxa de desemprego e a colocar a Região Norte na cauda de alguns indicadores nacionais.

No entanto há factores competitivos que importa realçar. Nas décadas de referência, intensificou-se o crescimento demográfico à semelhança do que registara em décadas anteriores; a população é jovem, face à realidade nacional, embora revele nas últimas décadas um maior envelhecimento e uma maior participação feminina. Entre 1991 e 2001 a qualificação académica da população aumentou. A qualificação da mão-de-obra disponível tem vindo também a aumentar.



O crescimento substancial da actividade turística consiste num dos fenómenos económicos e sociais mais marcantes do último século, com o crescimento médio superior ao da economia mundial, um que se prevê continue a ser mantido. Em Portugal, o turismo representa um contributo significativo para a criação de riqueza e de emprego. Em 2004, Portugal ocupava a 19.ª posição na hierarquia dos destinos turísticos, com uma quota de mercado das chegadas de 1,5%.



*Para além do valor económico associado directamente à actividade ao nível local, o turismo deve ser entendido como um veículo de marketing territorial de promoção da competitividade, assumindo-se como um vector determinante do futuro concelhio.*





MUSEU CONVENTO DOS LÓIOS

No cenário actual de economia global, a competição entre as diferentes regiões ou cidades intensificou-se. O âmbito concorrencial é hoje global, não se resume à região ou mesmo ao país, mas sim a todo o globo, independentemente da área de negócio em que actuemos. Face a este cenário os decisores políticos têm de estabelecer estratégias de vanguarda que posicionem as cidades, regiões, países ou mesmo continentes, numa posição privilegiada face aos presumíveis concorrentes.

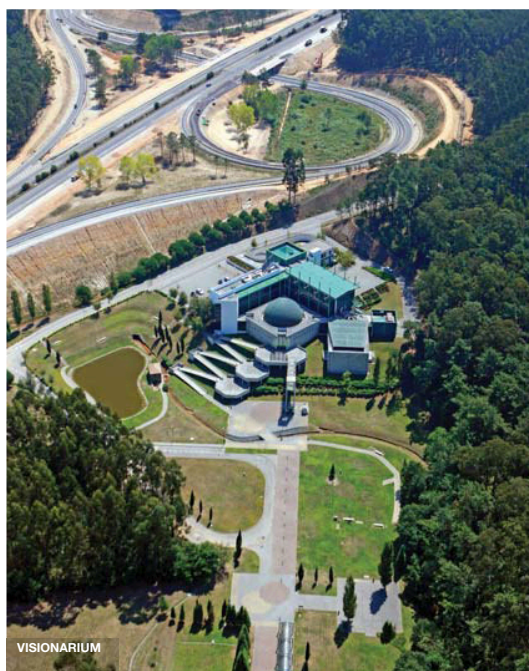
Face aos desafios impostos pela acentuada internacionalização dos mercados de factores e de bens, a competitividade dos países e das regiões passa, em grande parte, pela capacidade das empresas, mas também dos governos nacionais e locais, de definirem estratégias activas de internacionalização. As intervenções ao nível da provisão de bens e serviços públicos, bem como as acções coordenadas entre empresas e instituições no domínio daquilo que se designa por eficiência empresarial colectiva, constituem os domínios centrais para o sucesso dessas estratégias e, em consequência, para a promoção da competitividade.

O reconhecimento dessa relevância do nível infra-estrutural para as intervenções converge, pelo menos em parte, com a ideia mediatizada pelo slogan “think global, act local”. O país e as regiões precisam de promover o aparecimento de uma nova classe empresarial, assente num profundo conhecimento científico, tecnológico e da História do país, virada para negócios de base tecnológica e com uma crescente componente de informação e conhecimento. Esta alteração de paradigma obriga a uma maior capacidade académica, científica e tecnológica dos recursos humanos do país, das empresas e à necessidade de criar uma maior competitividade dos nossos sistemas de ensino, formação profissional e educação ao longo da vida. Implica também a capacidade de desenvolver uma nova cultura empresarial baseada na inovação, na competência

e no empreendedorismo e uma administração pública magra, ágil e flexível onde o espírito de missão e de serviço sejam reencontrados.

A estratégia de desenvolvimento de Portugal num contexto Europeu as-sentou, durante largos anos, numa aposta intensa e clara na edificação de infra-estruturas físicas de apoio às actividades económicas. A história da Europa e da Humanidade diz-nos que as regiões menos desenvolvidas corresponderam sempre a regiões periféricas, com débeis acessibilidades físicas, económicas e sociais às regiões mais desenvolvidas.

Deste modo, o apoio maciço à construção de redes de estradas e outras infra-estruturas e equipamentos de transportes nas áreas mais frágeis, resultou do pressuposto de que tal se assumiria como condição essencial e necessária ao desenvolvimento dessas mesmas áreas. A política regional em Portugal, dominada essencialmente, nos últimos anos, pela aplicação dos fundos estruturais foi, naturalmente, marcada por este pressuposto.



VISIONARIUM



NÓ DA A1/A41 - NOGUEIRA DA REGEDOURA



CAPÍTULO I INTRÓITO



Nunca foi, porém, possível aferir os reais impactos dessas mesmas infra-estruturas no processo de desenvolvimento das regiões, ainda que, de uma forma geral, se possa concluir que as mesmas, por si só, apesar de condição necessária não seriam condição suficiente para a sustentabilidade desse mesmo desenvolvimento.

No actual cenário actual de economia desenvolvida à escala global, a competição entre as diferentes regiões, ou cidades, intensificou-se fortemente. O âmbito concorrencial de hoje não se cinge a uma simples região, mas sim a todo o Globo, independentemente da área de negócio em que se actue. Confrontados com este cenário, necessitamos que os nossos decisores políticos estabeleçam estratégias de vanguarda que posicionem as nossas cidades, regiões, países ou mesmo continentes numa posição privilegiada neste novo e complexo "xadrez" geopolítico e económico.

Ora, é precisamente este enquadramento nas escalas europeia, nacional e regional, que dita a necessidade de se proceder a uma aposta firme e determinada no reforço da competitividade de uma região que está exposta a uma cada vez maior concorrência de bens e serviços, dentro e fora da Europa, e que está a viver um processo rápido de reconversão produtiva com alguns impactos sociais negativos, por imposição desta economia mundializada.

Os desafios que se colocam num futuro próximo são imensos e todos deverão estar disponíveis para, de uma forma activa, empenhada e em acção conjunta com os restantes actores do processo, contribuir para que a região possa dar o salto qualitativo indispensável ao estabelecimento de uma estratégia que vise a conquista de uma trajectória de convergência económica e social com as médias europeias.

***Num contexto global é importante (decisivo até) sabermos extrair o melhor de todas as nossas potencialidades de modo a garantirmos um desenvolvimento sustentado. Ultrapassar os constrangimentos do desenvolvimento, organizar o território e modernizar o tecido socioeconómico salvaguardando o equilíbrio Homem / Meio é a chave para o sucesso, sem negligenciar a indispensável coesão social, porque bem vistas as coisas o planeamento do território faz-se a pensar nas pessoas.***

